

Presidente volta a condicionar queda dos juros

Humberto Pradera

O presidente Fernando Henrique Cardoso voltou a condicionar a queda da taxa de juros à aprovação do ajuste fiscal e da reforma da Previdência, que deverá ser votada hoje no Congresso. O desequilíbrio das contas públicas, segundo ele, está "enraizado" na questão da Previdência, única conta do Tesouro Nacional que ainda registra déficit. O prejuízo, no caso, é de R\$ 18 bilhões, pouco menos do que o Governo gasta com educação.

A previsão de aumento deste déficit ajuda a manter elevada a taxa de juros. Com as medidas propostas pelo Governo, a previsão é de que em dez anos a situação mudará. Caso contrário, Fernando Henrique prevê uma situação de "absoluta inviabilidade macroeconômica". Por isso, defendeu uma "ação enérgica". "Este é o problema número um a ser resolvido para avançar".

Segundo ele, o atual sistema, quando foi criado, dava a "ilusão" de ser adequado porque na época havia mais contribuição que demanda. A situação se inverteu. O número de aposentados cresceu e não há uma relação entre a contribuição e o benefí-



Fernando Henrique: "Sistema atual não tem sobrevida"

cio. "Não é preciso ser técnico para perceber que o sistema atual está assentado em pés de barro, não tem condições de sobrevida, não tem condições de, a médio prazo, manter-se", disse o Presidente na abertura do Seminário Internacional sobre Reforma da Previdência, no Palácio do Itamaraty. A manutenção deste sistema depende de impostos e do aumento de contribuições, o que, segundo ele, gera um déficit estrutural.

Privilégios

Fernando Henrique disse que travou, durante três anos, uma "luta insana" com o Congresso Nacional para aprovar a emenda constitucional que trata da reforma da Previdência. "Depois de uma luta insana de três anos difíceis, conseguimos que o Congresso Nacional, com muita serenidade, aprovasse mudanças importantes". As negociações, segundo ele, foram difíceis porque havia pouca consciência da necessidade

de mudar o atual sistema, por motivos ideológicos, emocionais. "O que a nós já parecia há muito tempo escandaloso parecia a outros como defesa de direitos. Houve no decorrer dos anos, no Brasil, uma confusão muito grande entre direitos e privilégios".

De acordo com o Presidente, "os setores mais acomodados da sociedade se aposentam mais cedo e com salários mais altos". Na avaliação dele, o setor público é "indiscutivelmente" privilegiado em relação ao que ocorre com a iniciativa privada. Enquanto o setor privado paga dois salários mínimos a 60% dos que recebem o benefício, no público este mesmo percentual recebe em média 14 salários mínimos. No Legislativo e Judiciário, 30 salários mínimos.

Fernando Henrique observou que os números são "gritantes" e reveladores das grandes distorções no sistema da Previdência. A contribuição do setor público totaliza cerca de R\$ 2 bilhões, enquanto os gastos chegam a R\$ 20 bilhões. "Isso é pago pelo povo, via impostos. O dinheiro do Governo, não é do Governo, é do povo", afirmou.

MARCIA GOMES

Repórter do Jornal de Brasília